

Como a Crise Financeira Afeta os Países em Desenvolvimento?

por Diana Alarcón, Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas para o Desenvolvimento, PNUD; Stephany Griffith-Jones, Columbia University, e José Antonio Ocampo, Columbia University

A economia global está em crise como resultado da regulamentação e supervisão inadequada dos bancos e dos mercados financeiros. A regulamentação e supervisão prudenciais recomendadas aos países em desenvolvimento, foram praticamente ignoradas nos países desenvolvidos. Nenhum país, no entanto, é poupado das conseqüências da desaceleração. O impacto sobre os países em desenvolvimento é ainda maior.

A crise é impulsionada pela reversão de três fatores que alimentaram o boom econômico de 2003-2007. Este período viu níveis excepcionais de financiamento (fluxos privados para alguns países e ajuda ao desenvolvimento a outros), os preços elevados dos produtos primários e os grandes fluxos de remessas. O contínuo declínio nos fluxos de capital e nas exportações está trazendo danos aos países em desenvolvimento, apesar de terem aderido a rigorosos enquadramentos macroeconômicos.

A acumulação de reservas internacionais e a redução dos níveis da dívida externa permitem que alguns países em desenvolvimento se protejam da rápida deterioração dos fluxos de capitais. Porém, a contração do crédito, o seu elevado custo e a volatilidade dos investimentos em carteira já levaram a uma contração dos fluxos financeiros. Os empréstimos bancários para os mercados emergentes caíram de um pico de US\$ 410 bilhões em 2007 para US\$ 167 bilhões em 2008, e projeta-se que caiam para US\$ 60 bilhões em 2009 (Griffith-Jones e Ocampo, 2009).

Volumes mais baixo de comércio formarão o principal canal de transmissão para os exportadores de produtos industriais e de serviços (incluindo o turismo). A volatilidade dos preços dos produtos primários vai afetar também os exportadores de bens primários. Em países como o Congo, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria, o petróleo responde por mais de 50 por cento das receitas públicas a partir de exportações de produtos primários. Na Costa do Marfim e Guiné, o cacau e os minerais representam um quinto das receitas. As exportações de algodão e de alumínio fornecem um quinto da receita tributária no Tajiquistão. Em Trinidad e Tobago, e na Bolívia, os produtos primários respondem por 22 e 12 por cento do PIB, respectivamente. As perspectivas para os preços continuam escassas. As recentes projeções do Banco Mundial previram uma redução de 25 por cento nos preços da energia em 2009 e uma queda de 23 por cento nos preços das mercadorias primárias não vinculadas a energia (Banco Mundial, 2009).

As remessas frequentemente proporcionam uma rede de segurança aos países recipiendários. As rendas de trabalhadores migrantes contribuem para estabilizar os níveis de consumo quando as economias recipiendárias se contraem. Porém, as remessas têm vindo a diminuir desde 2008 na faixa de -1 por cento a -6 por cento.

O declínio das remessas será devastador para os países que dependem delas em grande medida. Por exemplo, as remessas compõem 45 por cento do PIB do Tajiquistão. A Guiana depende das remessas para um quarto de sua renda (vide tabela).

O que deve ser feito para atenuar o impacto da crise? Na maioria dos países em desenvolvimento, os indicadores macroeconômicos, incluindo a acumulação de reservas, tem melhorado nos últimos cinco anos.

Estes países estão muito melhor colocados para adotar políticas fiscais e monetárias expansionárias. Investimentos em infra-estruturas e as despesas sociais em matéria de nutrição, educação básica e assistência à saúde são essenciais. Existe também uma oportunidade para expandir exportações não tradicionais, através de uma combinação de políticas cambiais e incentivos setoriais.

Uma ação internacional concertada é igualmente necessária. Um novo sistema de regulamentação financeira deve ser construído sobre dois princípios amplos: a necessidade de incorporar mecanismos contracíclicos, a fim de corrigir a natureza dos mercados financeiros de viverem ciclos de grande auge e queda, e uma regulamentação eficaz em que o domínio do regulamentador seja o mesmo que o domínio do mercado a ser regulamentado, que é global na natureza.

As reformas são necessárias em três áreas. Primeiro é a criação de uma significativa e verdadeiramente global moeda de reserva com uma substancial expansão de recursos para proporcionar liquidez contracíclica aos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, com maior voz dada aos países em desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode ser instrumental na coordenação da política macroeconômica global. Em terceiro lugar, os empréstimos do FMI têm de vir sem a condicionalidade onerosa do passado. Ele deve ter programas de financiamento de desembolso rápido para países com fortes políticas econômicas que estejam enfrentando problemas temporários de liquidez.

Remessas como Proporção do PIB

Tajiquistão	45
Moldávia	38
Tonga	35
Lesoto	29
Honduras	25
Líbano	24
Guiana	24

Fonte : Banco Mundial [World Bank] (2009)

Referências:

Griffith-Jones, Stephany e José Antonio Ocampo (2009). 'The Financial Crisis and its Impact on Developing Countries', International Policy Centre for Inclusive Growth Working Paper 53. Brasília, IPC-IG.

Banco Mundial [World Bank] (2009). 'Swimming against the Tide: How Developing Countries are Coping with the Global Crisis'. Paper prepared for the G-20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting, Horsham, United Kingdom, 13–14 March. Washington, DC, World Bank.